



**ATA 1767ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

1 Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e quatorze, às dezenove horas e
2 quarenta minutos, realizou-se a milésima septingentésima sexagésima sétima
3 reunião Plenária Extraordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
4 – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 15 (quinze)
5 conselheiras(os), sendo essas(es) efetivas(os) e suplentes, a seguir indicadas(os):
6 Adriana Eiko Matsumoto, Aristeu Bertelli da Silva, Elisa Zaneratto Rosa, Gabriela
7 Gramkow, Guilherme Luz Fenerich, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Luís
8 Fernando de Oliveira Saraiva, Maria Ermínia Ciliberti, Bruno Simões Gonçalves,
9 Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo Schezzi, Jonathas José
10 Salathiel da Silva, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Mirnamar Pinto da
11 Fonseca Pagliuso e Regiane Aparecida Piva, conforme lista de presença anexa
12 que é parte integrante desta ata. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES - 1.1)**
13 **Justificativa de ausências** - Foram consideradas as justificativas de ausência
14 das(os) demais conselheiras(os): Ana Paula Porto Noronha, Graça Maria de
15 Carvalho Camara, Ilana Mountian, Janaína Leslão Garcia, José Agnaldo Gomes,
16 Marília Capponi, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Alacir Villa Valle Cruces, Gustavo
17 de Lima Bernardes Sales, Lívia Gonsalves Toledo, Luiz Eduardo Valiengo Berni,
18 Sandra Elena Sposito, Sérgio Augusto Garcia Júnior e Silvio Yasui. Conselheira
19 Ana Maria Falcão de Aragão – está desligada conforme registrado na ata da
20 milésima septingentésima sexagésima terceira Reunião Plenária Ordinária de onze
21 de abril de dois mil e catorze. **1.2) Reunião de Presidentes e Tesoureiros** - Elisa
22 Zaneratto Rosa informa que o Conselho Federal de Psicologia convocou os
23 Regionais para a Reunião de Presidentes e Tesoureiros para o dia 24 de maio, no
24 final de semana que antecede a realização da APAF, que ocorrerá nos dias 31 de
25 maio e 01 de junho. Notícia que o CRP SP encaminhou um questionamento para o
26 CFP quanto à viabilidade dessa mudança devido aos custos de deslocamento
27 para Brasília em dois finais de semana consecutivos e ao fato de muitos Regionais
28 terem agendado suas plenárias para, inclusive, discutir a APAF. Como não houve
29 resposta do CFP a esse questionamento, consultaram-se outros CRPs sobre o
30 assunto. Questionaram o CFP: CRP-01 (Distrito Federal), CRP-04 (Minas Gerais),
31 CRP-10 (Pará) e CRP-12 (Santa Catarina). No geral, a reação dos CRs foi de
32 resistência em realizar esse questionamento ao CFP. O CRP 06 entende ser
33 importante comparecer para não gerar o esvaziamento desses espaços (Reunião
34 de Presidentes e Tesoureiros e APAF – Assembleia de Políticas, da Administração
35 e das Finanças). Por enquanto, o CRP aguardará, pelo prazo de uma semana, as
36 justificativas oficiais do CFP e contatará Marisa Borges, presidenta do CFP, a fim



37 de discutir como serão as próximas agendas, explicando que a alteração daquilo
38 que era usualmente praticado (reunião de Presidentes e Tesoureiros ser no dia
39 anterior à APAF) se deu de última hora, desconsiderando atividades ordinárias
40 previamente agendadas, pontuando que, caso seja necessário, o assunto deverá
41 ser discutido no Sistema Conselhos. **1.3) Sindicato dos Psicólogos - SinPsi** - A
42 presidenta Elisa Zaneratto Rosa expõe que foi procurada por algumas pessoas
43 acerca de e-mails que estão circulando com informações de desligamentos de
44 membros do SINPSI, demissão de funcionários e denúncia de desvio de dinheiro.
45 Pondera que essas questões não têm qualquer relação com o CRP SP, financeira
46 e administrativamente. Entende-se que esse assunto não deve ser tratado
47 institucionalmente, por não dizer respeito a esta autarquia. Para aqueles que
48 desejarem obter mais informações, as mensagens devem circular em outros
49 espaços onde estão os membros deste coletivo ou deve-se procurar o próprio
50 Sindicato dos Psicólogos. Até o presente momento não há elementos que
51 vinculem ao CRP SP. **1.4) Folderes do CREPOP** – Maria Ermínia Ciliberti informa
52 que a partir de discussão no Fórum de Gestores, o CREPOP irá produzir folderes
53 para os gestores a partir das 14 (quatorze) referências já publicadas. Os Núcleos
54 receberão uma versão preliminar dos folderes referente à sua temática, que será
55 baseada na arte da capa dessas publicações. O funcionário Paulo Henrique do
56 Nascimento Mota está responsável pelas artes. A equipe do CREPOP irá propor
57 um texto para compor o folder. Estima-se que o material esteja pronto até o meio
58 do ano e, conforme essas versões preliminares forem ficando prontas, serão
59 encaminhadas aos Núcleos. **II) PCCS – Plano de Cargos, Carreira e Salários** -
60 Elisa Zaneratto Rosa comenta que já foram realizadas duas plenárias a fim de
61 discutir o PCCS. Foi aprovado parcialmente o organograma, pois ficou pendente
62 definição acerca da ouvidoria e avaliar a necessidade do cargo “Chefe de
63 Gabinete”, que seria alguém que responderia pelo plenário na ausência de um
64 conselheiro. Também houve discussão acerca de quais seriam esses cargos,
65 como se daria a progressão, quais seriam de livre provimento e qual a
66 porcentagem desses cargos. A Diretoria sistematizou todas as questões que foram
67 sendo levantadas. Havia um questionamento acerca do cargo PSO – Profissional
68 de Suporte Operacional, se haveria a exigibilidade de ter ensino médio ou
69 fundamental. Também sobre quais funções deveriam ser terceirizadas e quais
70 poderiam ser os cargos de livre provimento. Naquele momento havia um
71 movimento dos supervisores atuais do CRP SP de que esse cargo somente
72 poderia ser de livre provimento na vacância desses cargos, mantendo os atuais
73 concursados para esse cargo. Essas discussões foram realizadas naquele
74 momento, mas não foram encaminhadas. Aguardava-se a organização das
75 manifestações dos trabalhadores que, naquele momento, ainda estavam



76 apresentando contribuições. Já havia recebido material do Grupo de Trabalho do
77 PCCS e, paralelo a esse material, a Diretoria recebeu manifestações de alguns
78 coletivos de trabalhadores: carta dos supervisores, abaixo-assinado de 78
79 trabalhadores, o que representada mais de 50% de todo o corpo funcional da
80 autarquia. A atual gestão assumiu o compromisso de finalizar o PCCS e
81 estabeleceu-se como prazo final o fechamento do Acordo Coletivo de 2014 e quer-
82 se verificar o que esses prazos significariam diante das manifestações que foram
83 recebidas e que ainda precisavam ser analisadas. A conselheira tesoureira
84 Adriana Eiko Matsumoto e o conselheiro secretário Luís Fernando de Oliveira
85 Saraiva fizeram reunião com o Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias de
86 Fiscalização do Exercício Profissional e Entidades Colegiadas no Estado de São
87 Paulo - Sinsexpro e também foi realizada assembleia com os funcionários. Foi
88 encaminhado um Boletim Interno aos trabalhadores e, a partir dele, recebeu-se
89 formalmente o conjunto das questões dos funcionários. Adriana Eiko Matsumoto
90 informa que na reunião com o Sindicato para discutir se iria ser prorrogado o
91 prazo, ficou acordado um prazo de uma semana para que se pudesse compilar
92 todas as manifestações recebidas. Durante a assembleia com os funcionários
93 surgiram novas questões e, após isso, foi feita a compilação pelo psicólogo do
94 Departamento de Recursos Humanos do CRP SP, Luiz Carlos Francisco Júnior,
95 entregue à Diretoria cerca de duas semanas após a reunião com o Sinsexpro. Há
96 várias questões que ainda precisam ser revistas: sobre a progressão vertical, 24
97 meses foi considerado pouco tempo de ingresso de um trabalhador para que esse
98 recebesse uma progressão vertical, essa análise também foi feita pelos próprios
99 trabalhadores; também há pedido de alterar a nomenclatura dos cargos
100 administrativos de Subsedes, pois têm menos funcionários e, em tese, resultaria
101 em não progressão de carreira; e a progressão horizontal ainda estaria com
102 critérios muito obscuros no texto. Elisa Zaneratto Rosa informa que decidiram
103 realizar a gravação desta plenária, pois ainda não há clareza de quais serão os
104 próximos passos no avanço do PCCS e é importante ter a discussão registrada
105 em Ata para compreender os caminhos que foram trilhados. Gabriela Gramkow
106 comenta sobre a dúvida de qual material deve ser considerado: se o encaminhado
107 pelo Sindicato ou também aqueles que são recebidos por outros meios. Luís
108 Fernando de Oliveira Saraiva, conselheiro secretário, pondera que há pedidos que
109 chegam que extrapolam o que está nos relatórios do GT PCCS, por exemplo, o
110 pedido de dilação de prazo, o pedido de alteração do GT para que outras pessoas
111 pudessem compô-lo, de modo que esse coletivo fosse mais representativo do
112 corpo de trabalhadores. Houve pedido de subsede para que também fosse
113 indicado para compor o GT um assistente de administração da subsede. Naquele
114 momento, a posição da Diretoria era que somente estávamos recebendo as



115 solicitações e somente após seriam analisadas e respondidas. O espaço legítimo
116 para recebimento dessas demandas era através do GT e se acordou com o
117 sindicato de que ainda poderiam ser encaminhadas novas solicitações e que
118 receberíamos a sistematização via Departamento de Recursos Humanos, que
119 seriam consideradas como contribuição dos trabalhadores. Gabriela Gramkow
120 indica a ciência do GT dessas contribuições e que estão de acordo que acolhamos
121 essas questões. Elisa Zaneratto Rosa informa que, então, Luís Fernando de
122 Oliveira Saraiva e Adriana Eiko Matsumoto fizeram uma reunião via Skype com a
123 empresa de Consultoria Véli. Adriana Eiko Matsumoto informa que foi solicitado
124 para a consultoria Véli a descrição do Gabinete e das coordenadorias política e
125 administrativo-financeira, com suas finalidades e competências. O acordo foi de
126 que esse material fosse entregue na segunda-feira, 21 de abril, mas ainda não foi
127 recebido. Em relação a outros departamentos, houve incumbência de que
128 determinados setores realizassem a descrição: descrição da Assessoria Jurídica,
129 que contempla o que foi solicitado para a licitação, feita pela Gerência; descrição
130 dos departamentos de COF, COE e Atendimento feita pela coordenação técnica,
131 Ana Paula Jardim; das Subsedes, feita pela coordenação de secretaria, Sandra
132 Ribeiro. Também se consultou o RH sobre quais descrições de cargos
133 encontravam-se com problemas. Luís Fernando de Oliveira Saraiva explica a
134 lógica de solicitar ao corpo interno esses descritivos: entendeu-se que parte
135 destas tarefas estava bastante avançada e, portanto, no momento de conferência,
136 de checar se estas descrições estavam de acordo com as necessidades da gestão
137 e com a realidade do Conselho. Elisa Zaneratto Rosa comenta sobre a
138 preocupação sobre o que seria deliberado e um modo de fazê-lo de forma
139 responsável na plenária e fora dela, inclusive. Questões como a dos trabalhadores
140 terceirizados, de ter o ouvidor e onde se daria sua disposição no organograma,
141 não são decisões pontuais, são decisões que devem ser vistas no conjunto de
142 decisões que devem ser tomadas. Pondera que há algumas dificuldades nesse
143 processo: primeiro que o CRP SP tem um contrato com uma consultoria feito há
144 bastante tempo que previa o pagamento pelo trabalho tão logo fosse entregue.
145 Então, cabe ao CRP, em primeiro lugar, definir o que cabe a consultoria fazer
146 tanto do ponto de vista do que estava contratado inicialmente, quanto que foram
147 feitas mudanças posteriores ao contrato inicial: foram propostas mudanças que
148 talvez não estivessem previstas no trabalho pensado inicialmente. Indica que faz
149 essa ponderação, pois estranha ainda não ter sido recebido resposta da Véli. A
150 Diretoria entende que deve se reunir com a consultoria para fazer essa análise.
151 Conta que solicitaram contato com a consultoria e convocaram para que
152 estivessem na próxima quarta-feira, 30 de abril, dia que será realizada a reunião
153 de Diretoria, exatamente para realizar tal discussão. Há algumas atribuições que o



154 corpo técnico do Conselho deveria conferir, mas tem a questão da metodologia do
155 trabalho construído desde o começo quando foi instaurado o GT. Por isso, havia a
156 Consultoria e o GT trabalhando simultaneamente, sendo que muitas tarefas foram
157 feitas por esse GT e não pela Consultoria, como por exemplo, uma parte do
158 descritivo das funções e dos setores. A Véli realizou uma primeira entrevista,
159 colheu material, mas não concluiu a parte de descritivo de cada setor e de cada
160 cargo. O Regulamento também foi totalmente feito pelo GT. Então, de todo o
161 material que se tem, uma parte foi feita pela consultoria e outra parte pelo GT.
162 Agora, é necessário encontrar um modo de que o trabalho feito por esses dois
163 grupos se encontre. Então, existe um trabalho de compilação final que a
164 consultoria necessita realizar, que é de aglutinar tudo isso, ainda que feito pelo GT
165 ou que os setores tenham feito sugestões e organizar. Este material final
166 possibilitaria todas as análises necessárias, mas não está pronto ainda. Mas,
167 firmou-se um compromisso de cumprir o processo até a próxima quarta-feira, para
168 poder assinar o Acordo Coletivo. Há, portanto, essa preocupação e a necessidade
169 de se realizar a devida análise dos impactos financeiros do novo PCCS, com o
170 novo organograma, presença de ouvidoria e incorporação de trabalhadores
171 terceirizados. A Diretoria tem encontrado essa dificuldade, pois não há como ter
172 posições sobre as perguntas que surgem tanto do plenário como da própria
173 diretoria, pois ainda faltam dados. Por exemplo, não é possível tirar uma posição
174 sobre a previsão ou não de um chefe de gabinete porque é uma decisão que tem
175 impacto financeiro. É necessário saber o impacto que teria os dois organogramas
176 pensados, para que seja possível definir e deliberar. Adriana Eiko Matsumoto
177 relembra que o CRP tem 53% de gastos com folha de pagamento em relação a
178 receita líquida, sendo que, legalmente, não se pode ultrapassar 60%. Há uma
179 tabela com todos esses dados. O CRP teve, de 2007 a 2008, um crescimento de
180 11% em folha de pagamento e não se identifica a primeira vista a justificativa para
181 esse aumento em um único ano. Ainda de 2011 para 2012 houve outro aumento
182 significativo de 8%, que se entende estar relacionado ao aumento do corpo
183 funcional, com a contratação, por exemplo, de Assistentes Técnicas para as
184 subsedes. Dessa forma, o cenário hoje é de que o custo de folha de pagamento
185 atingiu 53% das receitas. Buscou-se fazer uma projeção não considerando apenas
186 esse PCCS, mas pensando na diretriz de plataforma política da gestão de
187 capilarizar o conselho, projetando a possível criação de novas Subsedes. O CRP
188 tem duas regiões em número muito superior de psicólogos que as demais:
189 Metropolitana, com cerca de 30 mil profissionais, e Campinas, com mais de 14 mil.
190 Desde a gestão passada, pensa-se na criação das subsedes de Guarulhos e na
191 região de Campinas, então foi feita uma tentativa de realizar a projeção pensando
192 na problemática dessas duas regiões. Com a estrutura que há hoje, a criação de



193 duas subsedes elevaria o percentual da folha de pagamento em relação à receita
194 líquida do Conselho para 57%. Elisa Zaneratto Rosa pondera que é necessário
195 pensar nas possibilidades desta gestão e de dar campo para que um novo gestor
196 possa criar subsedes e, para isso, não podemos estagná-lo com as despesas de
197 folha de pagamento muito próximas ao limite de 60%. Para realizar a análise de
198 quanto se gasta com RH, não se pode apenas considerar a quantidade de
199 trabalhadores que o CRP SP tem, mas também a receita, se é possível aumentar,
200 se é possível ampliar o número de psicólogos inscritos; e há também a questão da
201 projeção das receitas que tem implicações na negociação do Acordo Coletivo de
202 Trabalho e da correção do valor das anuidades em Assembleia Orçamentária. É
203 importante que em Assembleia Orçamentária, os psicólogos presentes que
204 aprovarão o valor atualizado estejam cientes do projeto político, pois há uma
205 tendência histórica de utilizarmos índices superiores para correção da folha de
206 pagamento e dos valores de anuidades, o que impacta na proporção da folha de
207 pagamento em relação à receita líquida. Exemplifica-se: em 2006, a correção de
208 anuidade foi de 7% e a correção da folha de pagamento de 4,26%. Já em 2013 a
209 correção da anuidade foi de 5,33% e a correção da folha de pagamento de 8,77%.
210 O que pode ser visto como que a folha de pagamento não tem relação apenas
211 com a quantidade de trabalhadores, mas também em como é produzida essa
212 relação de despesa e receita. Gabriela Gramkow posiciona-se que, em 2012,
213 durante a gestão anterior, houve um grande investimento na contratação de
214 Assistentes Técnicas para as Subsedes, investimento que considera fundamental.
215 Pontua que, inclusive, durante o Encontro de Sede e Subsedes da noite anterior
216 foi falado o quanto essa ação foi fundamental para a articulação em rede e para a
217 categoria nas regiões das subsedes. O que foi discutido com os trabalhadores,
218 durante a gestão 2010-2013, é que todos os anos tem se pactuado um aumento
219 real de 2%, que já é histórico, mas que em algum momento, mantendo esse
220 aumento, esse valor se encontrará com as receitas, haverá dinheiro apenas para
221 pagamento da folha. Elisa Zaneratto Rosa complementa que nos últimos 8 anos,
222 corrigiu-se as anuidades no valor de 52,3% e corrigiu-se a folha de pagamento em
223 70,1%. No ano de 2011 a correção da folha é quase o dobro da correção da
224 anuidade: a correção da folha foi de 9,34% e da anuidade de 5,26% e, no ano
225 seguinte, os valores das correções ficam equiparados, que foi quando se
226 sustentou a primeira greve e, em 2013, há novo crescimento do valor por
227 determinação do Tribunal Regional do Trabalho. Então, notou-se que em 2012
228 houve uma quebra na lógica que vinha sendo aplicada, e foi possível equiparar as
229 duas correções. Gabriela Gramkow pondera que a preocupação perpassa
230 inclusive em preocupação com os trabalhadores, além de preocupação com a
231 categoria. Mas há o argumento de que a categoria está se ampliando, podendo



232 portanto ampliar as receitas, mas desconsidera-se que há psicólogos que
233 cancelam seus registros. Para ela, é necessário ter muita cautela com o PCCS,
234 para não realizar mudanças irresponsáveis, que poderão ter impactos futuros.
235 Questiona quais os propostas de encaminhamentos que a Diretoria busca no
236 plenário. Há pressão dos trabalhadores e do sindicato pela aprovação do PCCS,
237 mas é necessário realizar uma análise muito criteriosa que precisa ser realizada.
238 Elisa Zaneratto Rosa coloca que foi assumido um compromisso de concluir o
239 processo na vigência do atual Acordo Coletivo. O texto que estava assinado previa
240 que permaneceria o processo até terem os trabalhos findados e a Diretoria propôs
241 que fosse até a assinatura do próximo Acordo Coletivo de Trabalho. Luís
242 Fernando de Oliveira Saraiva esclarece que o primeiro prazo estipulado, em 2012,
243 era conclusão na vigência do Acordo Coletivo. No ano seguinte, após a greve, a
244 redação mudou e o prazo passou a ser até a finalização dos trabalhos do GT.
245 Então, quando a atual gestão assumiu o mandato, em reunião com o GT, ele e a
246 presidenta, assumiram o compromisso de finalização durante a vigência do atual
247 ACT. Maria Ermínia Ciliberti se desculpa por não ter tido tempo antes de se
248 debruçar na questão macro deste plano e tem a questão concreta que se deve ter
249 muito claro o plano que se constrói. Algumas contradições surgem com os
250 trabalhadores, é muito fácil contratar alguém se não há a segurança de fazer um
251 plano de que é necessário ter aumento todo mês, mas que os funcionários podem
252 ser dispensados a qualquer momento, mas, a empresa que o trabalhador
253 compartilha com ela a preocupação com sua situação financeira, pois há
254 pretensão de se aposentar trabalhando para a empresa nos próximos 10 ou 15
255 anos, pela faixa etária média dos trabalhadores do CRP SP. Pensando na questão
256 de ser uma empresa pública, é necessário ver a porcentagem possível de
257 funcionários que podem ser promovidos. O Plano de Cargos, Carreiras e Salários
258 não é um plano factível com uma empresa pública. É necessário ter uma projeção
259 de quantos vão se aposentar nos próximos anos, quantos ainda demorarão mais
260 para se aposentar, qual a perspectiva que se tem para o Conselho, um modelo de
261 descentralização, o que ainda nem começou a ser feito. Do ponto de vista dos
262 trabalhadores, é necessário deixar claro o tipo de órgão que eles trabalham, as
263 possibilidades limitadas de promoções, ou irá gerar tensionamentos. Entende
264 também que o Plano apresentado não responde aos desejos do plenário de ter
265 ouvidoria. É um plano que tendo a aumentar a rotatividade de funcionários e o
266 número de cargos de confiança, que é uma lógica de empresa privada. Entende
267 que alguns pontos devem ser recuados, pois observando o Planejamento
268 Estratégico, o plano apresentado não responde a uma entidade que precisa
269 priorizar a carreira. Do ponto de vista da demanda dos trabalhadores por
270 tranquilidade, esse plano também não atendeu. Entende que a única parte que



271 tem tido benefícios com isso é o Sindicato, pois faz uma política que se alimenta
272 dos tensionamentos entre o plenário e os trabalhadores. Os próprios
273 trabalhadores não se sentem plenamente representados por esse Sindicato. É
274 importante que esse pano de fundo também fique claro. Finaliza colocando que a
275 cada momento se muda a forma de gestão, o que gera desconforto para os
276 funcionários, pois não sabem como será o futuro deles dentro da empresa. Joari
277 Aparecido Soares de Carvalho entende que o plenário está fazendo um
278 movimento confuso pois, não está efetivamente discutindo a proposta, mas um
279 exercício para o qual o plenário não se preparou que é de análise do processo,
280 tentando localizar os responsáveis pela proposta, que considera uma proposta
281 ruim. Há um conjunto de circunstâncias que foram apresentadas. A discussão
282 muitas vezes fica somente a respeito das cláusulas financeiras, mas há outras
283 cláusulas que têm impacto financeiro direta ou indiretamente, como as
284 compensações, os benefícios, que também oneram a folha de pagamento ao
285 longo dos anos e que vão sendo anualmente ampliados conforme o aumento do
286 valor salarial. A proposta que está no *site* do Sinsexpro é de correção pelo ICV-
287 Dieese e aumento real de 10%. Essa pauta salarial, inclusive, gerou greve em
288 outros Conselhos e que, conforme divulgado pelo Sindicato, já é de conhecimento
289 do CRP SP. Sugere que se houver a criação de novas Subsedes, que se utilizem
290 recursos humanos já existentes na sede, pois se tratam de áreas hoje cobertas
291 pela sede e que, portanto, a demanda diminuiria. Elisa Zaneratto Rosa coloca que
292 o trabalho está sendo produzido conforme o regulamento interno. Pede que o
293 conselheiro secretário Luís Fernando de Oliveira Saraiva esclarecesse o que foi
294 feito e o que não foi feito pela consultoria. Até o momento, foi feito pagamento de
295 metade do valor do contrato com a consultoria, o restante deverá ser pago após
296 finalização do trabalho. Luís Fernando de Oliveira Saraiva manifesta que quando
297 teve acesso, pela primeira vez, ao texto proposto para o novo PCCS, fez uma
298 análise considerando os aumentos percentuais horizontais e verticais, e indicou
299 algumas correções. A estratégia que propõe, às vésperas do período do dissídio,
300 seria de compartilhar com todos os colaboradores todas as informações. Ter
301 transparência total, no sentido de tornar as questões coletivas e todos poderem se
302 responsabilizar pelas escolhas que serão feitas; a diretoria e a gestão são
303 alterados periodicamente, mas os trabalhadores permanecem e que são eles que
304 sofrerão impactos futuros caso ocorra mau gerenciamento da máquina,
305 ocasionando graves problemas financeiros. Estrategicamente, é possível fazer
306 compreender as projeções dos possíveis problemas que irão ocorrer. Pois, o
307 compromisso não é somente da diretoria e da plenária para resolverem a questão,
308 é um compromisso de todos. Cita-se que parte de um estudo que foi solicitado
309 sobre gastos que o CRP SP tem com faltas, atrasos, horas extras, para termos um



310 referencial. Mas esse estudo ainda não está pronto. Elisa Zaneratto Rosa
311 questiona se é necessário que sejam feitas as deliberações nesta data, pois a
312 sensação que tem é que o plenário não tem condições, neste momento, de fazer
313 definições acerca dos cargos e das progressões. Entende que o que é necessário
314 deliberar é sobre como será dada continuidade. Luís Fernando de Oliveira
315 Saraiva, a respeito das colocações anteriores do conselheiro Joari Aparecido
316 Soares de Carvalho, indica que com as greves que ocorreram, somado ao
317 processo eleitoral e aos tensionamentos do pós-greve, muitas relações ficaram
318 fragilizadas. Assim que foi iniciada esta gestão, pediu-se um tempo aos
319 trabalhadores e ao GT do PCCS, para que fosse possível a este plenário organizar
320 o projeto político pretendido, de modo a adequar o PCCS de uma forma que
321 atenda a esse projeto. Os trabalhos do GT ficaram, então, mais focados em
322 pequenas tarefas, retomando seus trabalhos, de fato, em janeiro, com a
323 apresentação do que tinha sido realizado até então para todos os trabalhadores.
324 Em muitos momentos, o GT teve um funcionamento que extrapolava suas funções
325 iniciais, procurando deliberar assuntos, os quais deveria analisar problematizar
326 apenas, trazendo subsídios para a decisão do plenário. No começo desta gestão,
327 coube ao GT trabalhar sobre o Regulamento Interno, nesta linha de problematizar
328 os itens dispostos nesse documento. Esse documento é o que apresentaria os
329 impactos de faltas administrativas dos funcionários e possíveis punições. Mas o
330 GT foi reescrevendo o Regulamento, item a item, por exemplo. Em relação à
331 descrição de cargos, já há consenso que está completamente problemática:
332 deficitária e com erros crassos de descrição. Foi solicitado pela consultoria que
333 fosse apontado a ela os problemas: quais descrições estão com erros, para que
334 ela pudesse corrigir. O GT não conseguiu realizar essa tarefa de apontar os
335 problemas, que deveriam ser corrigidos pela consultoria. Alguns pontos a
336 consultoria não conseguiu finalizar porque precisava de um parecer da plenária ou
337 da Diretoria sobre o escopo, o que é esperado. Como por exemplo, é preciso
338 passar para consultoria que o plenário deseja que haja alguém que trabalhe
339 próximo à Diretoria, que é um trabalho cotidiano e que requer a presença dessa
340 pessoa no CRP SP o dia todo, para resolver os problemas e assessorar a Diretoria
341 com os encaminhamentos de alguns pontos e que possa, ocasionalmente, tomar
342 decisões respaldado nas diretrizes apontadas pela direção, que seria o Chefe de
343 Gabinete. Quanto ao Acordo Coletivo, estamos agendando a primeira mesa de
344 negociação, que será daqui a duas semanas, dia 07 de maio. E com a proposta de
345 tornar essa discussão mais coletiva, pensou-se em contar com outros
346 conselheiros, além dos conselheiros secretário e tesoureira, bem como a
347 possibilidade de outros funcionários. Joari Aparecido Soares de Carvalho cita que,
348 nas últimas negociações, antes de ir a juízo, foi feita intervenção com o Ministério



349 do Trabalho e lá houve fala dos funcionários sobre os dados apresentados e
350 proposto o aumento da anuidade para aumento de receitas. Citando que o que a
351 gestão estava querendo agradecer a categoria ao não aumentar as anuidades, mas
352 que a categoria estava tendo melhores condições de trabalho, com salários
353 maiores e que, portanto, era possível realizar o aumento das anuidades. Também
354 foi dito, na ocasião, que o plenário deveria investir mais na sua estrutura e em
355 seus funcionários, em detrimento às ações políticas. É um dos posicionamentos
356 que os trabalhadores têm e que será colocado na pauta salarial da mesa de
357 negociações para o Acordo Coletivo de Trabalho de 2014. O conselheiro
358 secretário expõe que nas duas últimas negociações houve greve de funcionários,
359 com momentos de conciliação nas delegacias de trabalho e os dois argumentos
360 trazidos pelo sindicato eram o aumento do valor das anuidades ou a instalação de
361 uma política de cobrança de anuidades atrasadas mais rigorosa e efetiva.
362 Comenta-se também do estudo realizado da relação ao custo com faltas e atrasos
363 no período de agosto de 2013 a março de 2014. Em agosto, esse valor
364 representou R\$ 12.354,21; em setembro R\$ 24.185,12; em outubro R\$ 29.125,00;
365 em novembro R\$ 32.195,00 ; depois houve uma queda nos meses de dezembro,
366 janeiro e fevereiro com R\$ 24.000,00 e em março com R\$15.000,00 - o segundo
367 menor índice desse período. Também foram levantados os gastos com horas
368 extras: agosto teve um gasto de R\$ 13.500,00; em setembro de R\$ 13.700,00, em
369 outubro e novembro houve queda para R\$ 11.000,00; em dezembro para R\$
370 10.000,00; e, em janeiro para R\$ 8.000,00; em fevereiro o valor gasto foi de R\$
371 10.000,00 e, em março, de R\$ 8.000,00. Feitos os cálculos, cerca de 3% da folha
372 de pagamento foi utilizada com horas extras, uma média de R\$ 11.000,00 por
373 mês, o que resulta em R\$ 132.000,00 por ano. Faltas e atrasos com cálculo médio
374 de R\$ 17.000,00 reais por mês, o que gera R\$ 204.000,00 por ano. O total disso é
375 ônus para o conselho, porque é pago. Cerca de 80% dessas faltas e atrasos são
376 pagas. Os custos com faltas, atrasos e horas extras somados representam um
377 gasto anual de R\$336.000,00, sendo que a folha nominal de pagamento é de R\$
378 423.000,00. Somando isso aos custos com temporários, temos uma 14ª folha de
379 pagamento a cada ano. A Diretoria pontua que não se sente segura em aprovar o
380 documento nessas circunstâncias. O processo de construção do PCCS, que se
381 deu dialogando com este GT, mas muitas vezes se delegou funções para esse
382 GT, que não é composto por pessoas profissionalizadas para elaborar um Plano
383 de Cargos, Carreira e Salários. A proposta inicial do GT era outra, mas foi se
384 transformando em um processo de delegação de tarefas que eram da Consultoria
385 e isso foi virando rotina e que agora esse problema retornou. Regiane Aparecida
386 Piva questiona sobre o que está posto no contrato com a Consultoria. Pela leitura
387 prévia, o que está posto no PCCS é uma lógica de empresa privada. Também



388 questiona sobre a previsão orçamentária, se está levando em conta os
389 trabalhadores que se aposentarão, pois no quadro atual de funcionários há vários
390 que se aposentarão em breve. Elisa Zaneratto Rosa propõe, a partir das falas do
391 plenário, que seja realizada uma conversa com os coletivos dos trabalhadores
392 sobre a atual situação, colocando tais preocupações. Entende que é necessário o
393 plenário avançar nas propostas de encaminhamentos e, assim, sugere que as
394 próximas falas sejam nesse sentido. Os números de faltas e atrasos já vinham
395 acontecendo. Quando se assumiu a gestão, a presidente e o secretário realizaram
396 uma reunião com os supervisores, informando a importância de acompanhar as
397 reais necessidades de afastamento, licença, justificativas de falta com todos os
398 trabalhadores, tentando comprometê-los com isso, mas nada mudou. Por isso,
399 entende que as questões que fazem ter este quadro de pagamento de uma
400 décima quarta folha não são isoladas dessa fase de alteração do PCCS, as
401 questões são mais enraizadas, talvez um dos elementos seja o ACT ou mesmo
402 uma questão de gestão interna do cotidiano. Outra aspecto que levanta, na
403 tentativa também de encaminhar, é que Veli fez uma parte do trabalho uma, sendo
404 que essa parte apresenta alguns problemas, é necessário se reunir com a
405 Consultoria para repactuar o método de trabalho com eles, apontando a
406 necessidade de estarem mais presentes e, por exemplo, se reunirem com os
407 setores para fechar as descrições dos setores e cargos. O plenário não tem
408 condições de fazer todo esse trabalho de correção dos problemas. Assim,
409 distribuiu-se as descrições entre os gestores de cada setor e os coordenadores de
410 Subsedes. Necessário fazer uma análise de impacto, estabelecer com eles um
411 cronograma e o prazo para ser possível passar essas informações aos
412 trabalhadores. A proposta é ter mais subsídios para a mesa de negociação. Assim,
413 pretende-se pedir que os trabalhadores ajudem a definir o que deve ser feito, que
414 deem sugestões. Outra proposta é chamar a consultoria para dialogar com eles,
415 pois a transparência sempre existiu, só é necessário que isso esteja formalizado.
416 Maria Ermínia Ciliberti pondera que talvez a Consultoria Veli não seja o estilo de
417 consultoria que o CRP SP precise para esse trabalho. Entende que o plenário
418 deve fazer reunião para tratar sobre isso. Pondera que tanto os funcionários
419 quanto o plenário precisam entender que esse tipo de trabalho, para empresas
420 públicas, realmente leva muito tempo para ser finalizado e é muito complicado
421 para todos os lados envolvidos. Coloca que as gestões não são boas com as
422 mesas de negociação e foi nesse mesmo sentido que um conselho de outra
423 categoria afundou seu orçamento, comprometendo 70% com gastos com a
424 máquina. A questão é a que já é colocada, somente é possível dar aumentos de
425 salário se subir o valor das anuidades, portanto, é preciso fazer esse diálogo
426 também com a categoria. Sugere que seja comunicada a categoria que o CRP



427 entrará na mesa de negociação e fará o possível para defender a manutenção dos
428 valores das anuidades, mas que há esse risco. O psicólogo que vem brigar pelo
429 não aumento das anuidades passa, então, a ser mediador também nessa
430 negociação. O que também deve ser exposto, ao seu ver, é que a categoria de
431 psicólogos não tem aumento de salário e, por isso, não tem como aumentar valor
432 das anuidades. O sindicato não pode utilizar o padrão da Medicina e da Farmácia,
433 que vivem uma realizada diferente, e comparar com a Psicologia e com o Serviço
434 Social. No momento, o salário base de um psicólogo no Hospital das Clínicas é de
435 R\$1.200,00, onde um médico ganha R\$ 16.000,00. Jonathas José Salathiel da
436 Silva, questiona, com base no que foi falado, se não é possível alterar a jornada
437 de trabalho de alguns funcionários que realizarão trabalho em horário
438 extraordinário, de modo a diminuir o gasto com horas extras, pois considera a
439 soma que é gasta com essa despesa muito alta. Pondera-se que o Sindicato não
440 concorda com a relação que é feita entre as faltas e atrasos e as horas extras e
441 que, em parte, as horas extras são sim demandas do plenário, pela condição e
442 disponibilidade que os conselheiros têm, mas é possível solicitar à gerência fazer
443 um levantamento das justificativas que recebemos para essas horas extras, para
444 estimar o quanto são demandas da plenária e o quanto são por outros motivos,
445 relacionados ao absenteísmo. Concorda-se com a ideia da conselheira Maria
446 Ermínia Ciliberti, de abrir a situação também à categoria, pois assim o plenário
447 estará sendo transparente com todas as partes envolvidas. O acordo, conforme o
448 contrato, era que seria pago tudo na entrega do produto final, mas eles alegaram
449 que já havia produtos entregues, mas que a gestão mudou e alterou aquilo que
450 eles já tinham finalizado. A decisão do CRP no momento, então, foi realizar o
451 pagamento da metade do valor do contrato, considerando o que já tinha sido
452 entregue. Expõe-se que é importante realizar revisão do contrato e estabelecer
453 quais são as expectativas do plenário em relação ao PCCS e um prazo específico
454 para finalizar esses trabalhos. Joari Aparecido Soares de Carvalho pondera os
455 riscos de rescindir o contrato: a consultoria pode entrar na justiça solicitando o
456 pagamento integral e o CRP SP pode acabar tendo que arcar com dois contratos
457 para pagar. Elisa Zaneratto Rosa entende que deve ser pautado na Assembleia
458 Orçamentaria a questão salarial. Também coloca a questão da dificuldade com a
459 Assessoria Jurídica atual que, em nova licitação, solicitou um valor inferior ao que
460 é praticado atualmente, mas que tem sido encontradas muitas dificuldades em
461 trabalhar com essa assessoria e, por isso, pensa na possibilidade de contratação
462 de uma assessoria jurídica, por produto, especializada em questão trabalhista,
463 para dar assessoria ao longo do processo do Acordo Coletivo de Trabalho. Maria
464 Ermínia Ciliberti entende ser necessário publicizar a categoria o valor que é pago
465 aos psicólogos funcionários do Conselho e o valor de vale-refeição, por exemplo.



466 Elisa Zaneratto Rosa lembra que na época da greve, os valores de vale-refeição
467 foram divulgados, mas isso gerou incômodo nos trabalhadores. Apesar de o CRP
468 não estar em época de greve, pondera que as negociações do Acordo Coletivo
469 devem ser divulgadas à categoria. **Encaminhamentos:** Revisão do PCCS: 1)
470 Realizar reunião com a Consultoria Veli, na próxima quarta feira, 30 de abril, para:
471 a) rever o contrato; b) repactuar o método de trabalho, pensando numa
472 perspectiva que contempla uma maior presença da consultoria no CRP; c)
473 pactuar que a consultoria deverá checar, no cotidiano junto aos departamentos, as
474 descrições de cargos de cada setor; d) construção de novo cronograma de
475 trabalho; e) levantar o impacto financeiro das alterações propostas para, por fim,
476 verificar será essa empresa que seguirá com esses trabalhos. 2) Realizar
477 conversa com os trabalhadores explicitando as preocupações da gestão e como
478 será o novo cronograma de trabalho. Acordo Coletivo de Trabalho: 1) Fazer
479 boletim à categoria, comunicando que o CRP SP está entrando no processo de
480 mesa de negociação, os princípios desta gestão que serão levados para essa
481 negociação; 2) Verificar a possibilidade de contratação de uma assessoria jurídica
482 que acompanhe o CRP nessas negociações; 3) Pautar em Assembleia
483 Orçamentária a questão das negociações para o próximo acordo coletivo; 4)
484 constituir um grupo para acompanhar as negociações do ACT, formado por Luís
485 Fernando de Oliveira Saraiva, Adriana Eiko Matsumoto, Maria das Graças Mazarin
486 de Araújo e Aristeu Bertelli da Silva; e, 5) Encaminhar os termos do Acordo
487 Coletivo e as propostas que já estão sendo construídas para esta primeira reunião
488 da mesa de negociação, que ocorrerá dia 07 de maio, para todo o plenário. **III)**
489 **RECOMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –** Comenta-se a
490 necessidade de compor o Núcleo de Assistência Social. Joari apresenta os nomes
491 indicados, fazendo ressalva de que alguns desses nomes componham um
492 possível grupo que trabalhará a temática de emergências e desastres: Ariel Barato
493 Gomyde (06/110958), Cecília Araújo Melo (06/95586), Fernando de Assis Bento
494 (06/92078), Giseli de Fátima Assoni (06/72980), Igor da Costa Borysov
495 (06/89262), Jean Fernando dos Santos (06/91133), Joaldo Batista Nery Nogueira
496 (06/106836), Reginaldo Branco da Silva (06/ 32951), Rita de Cássia Oliveira
497 Assunção (06/112385); Luzia Emília Sanchez Ayala Pitanguí Calixto (06/70478),
498 Reginaldo Brando da Silva (06/32951), Rita de Cássia Oliveira Assunção
499 (06/41621) e Rosário de Maria da Costa Ferreira (06/71297). A subsede de Assis
500 fez indicação do nome de Paula Carvalho Lauer, mas Joari Aparecido Soares de
501 Carvalho comenta que ainda não foi possível entrar em contato com ela, para
502 verificar sua disponibilidade e interesse. **Encaminhamento:** O plenário referenda
503 os nomes indicados e pré-aprova o nome de Paula Carvalho Lauer, para compor o
504 Núcleo, caso a mesma aceite. Nada mais havendo a tratar a senhora conselheira



505 presidenta deu por encerrada a sessão, da qual eu, conselheiro secretário Luís
506 Fernando de Oliveira Saraiva, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será
507 assinada pelos demais presentes. São Paulo, vinte e seis de abril de dois mil e
508 quatorze.

Adriana Eiko Matsumoto

Aristeu Bertelli da Silva

Elisa Zaneratto Rosa

Gabriela Gramkow

Guilherme Luz Fenerich

Joari Aparecido Soares de Carvalho

Luís Fernando de Oliveira Saraiva

Maria Ermínia Ciliberti

Bruno Simões Gonçalves

Camila de Freitas Teodoro

Dario Henrique Teofilo Schezzi

Jonathas José Salathiel da Silva

Maria das Graças Mazarin de Araujo

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

Regiane Aparecida Piva